

## **REQUERIMENTO**

(Dos Srs. Pedro Uczai, Inocêncio Oliveira, Ariosto Holanda, Arnaldo Jardim, Bonifácio de Andrada, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Jorge Tadeu Mudalen, Mauro Benevides, Newton Lima, Teresa Surita e Waldir Maranhão)

Requer o envio de Indicação ao Ministério de Minas e Energia com a finalidade de sugerir a inclusão de informações referentes a fontes de energia alternativa no Balanço Energético Nacional e nos estudos de planejamento energético, bem como a criação de uma secretaria de fontes renováveis de energia na estrutura do órgão.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.ª. seja encaminhada ao Poder Executivo a indicação em anexo, sugerindo ao Ministério de Minas e Energia a inclusão de informações referentes a fontes de energia alternativa no Balanço Energético Nacional e nos estudos de planejamento energético, bem como a criação de uma secretaria de fontes renováveis de energia na estrutura do órgão.

Sala das Sessões, em        de        de 2012.

**Deputado PEDRO UCZAI (PT-SC)**  
**Relator do tema no Conselho de Altos Estudos e**  
**Avaliação Tecnológica**

**Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE)**  
**Presidente do Conselho de Altos Estudos**  
**e Avaliação Tecnológica**

## INDICAÇÃO Nº , DE 2012

(Dos Srs. Pedro Uczai, Inocêncio Oliveira, Ariosto Holanda, Arnaldo Jardim, Bonifácio de Andrada, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Jorge Tadeu Mudalen, Mauro Benevides, Newton Lima, Teresa Surita e Waldir Maranhão)

Sugere ao Ministério de Minas e Energia a inclusão de informações referentes a fontes de energia alternativa no Balanço Energético Nacional e nos estudos de planejamento energético, bem como a criação de uma secretaria de fontes renováveis de energia na estrutura do órgão.

Excelentíssimo Senhor Ministro Edison Lobão:

As fontes renováveis de energia detêm participação expressiva na matriz energética brasileira, particularmente em relação à oferta de energia elétrica. Todavia, é preciso considerar que a expansão da fonte hidroelétrica deverá ocorrer, essencialmente, por meio de usinas a fio d'água, sem a formação de reservatórios que possam compensar a variação sazonal das afluições hídricas. Sendo assim, tornar-se-á cada vez mais importante a utilização de fontes complementares para compensar a perda de capacidade de geração hidroelétrica no período de baixa vazão de nossos rios.

Os estudos têm demonstrado que, no Brasil, temos o privilégio de possuir fontes renováveis cuja disponibilidade é mais acentuada nos momentos de baixas afluições hídricas, como é o caso da eólica, solar e também da biomassa proveniente do bagaço de cana-de-açúcar. São, portanto, candidatas preferenciais a exercer a tarefa de complementação à geração hidrelétrica. Assim, a instituição de mecanismos que favoreçam o aproveitamento desse potencial renovável, certamente, trará maiores ganhos ao país que a utilização de combustíveis fósseis, dispendiosos e poluentes.

Ressaltamos que o Balanço Energético Nacional (BEN) é o documento em que se baseia o planejamento energético no Brasil e que serve de

referência para o desenvolvimento dos planos e projetos dos agentes do setor energético, sejam eles estatais ou privados.

Entretanto, no decorrer de estudo realizado no âmbito do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, tratando das fontes de energia renovável no Brasil, observamos que estão ausentes da referida publicação algumas informações que julgamos de fundamental importância.

Inicialmente, verificamos que, apesar da contratação recente de grande quantidade de energia elétrica proveniente da fonte eólica nos leilões realizados pelo governo federal, não consta do BEN 2011, no capítulo referente a recursos e reservas energéticas, menção ao potencial eólico brasileiro. A utilização dessa fonte energética é de grande interesse, uma vez que, além de renovável, possui baixo impacto ambiental e vem demonstrando já ter alcançado a fase de competitividade em relação às fontes tradicionais.

Da mesma forma, constatamos que não consta da última versão do balanço energético dados acerca do potencial solar disponível em nosso país. Segundo o Atlas Brasileiro de Energia Solar, publicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a energia solar média incidente no território brasileiro é bastante superior aos índices encontrados na Europa, continente que detém a liderança global na produção de energia fotovoltaica.

Creemos que o atual estágio de desenvolvimento da tecnologia solar fotovoltaica no mundo a coloca em condição de, brevemente, ascender à posição em que hoje se encontra energia eólica. Se devidamente estimulada, será capaz de inserir-se plenamente em nossa matriz energética, trazendo, além dos ganhos ambientais, vantagens econômico-sociais, pela possibilidade de implantação de toda uma cadeia produtiva relacionada à produção de equipamentos para a conversão da energia solar em eletricidade.

A energia fotovoltaica é a que mais cresce no mundo hoje. Sua viabilidade, na forma de geração descentralizada, foi reconhecida pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética em seminário internacional realizado, em setembro de 2011, na Câmara dos Deputados. A Agência Nacional de Energia Elétrica, por sua vez, manifestou-se no mesmo sentido em nota técnica datada de junho de 2011. Além disso, a agência reguladora aprovou, em 17/04/2012, a Resolução Normativa nº 482/2012, que institui sistema de compensação de energia. Esse sistema permitirá o início do desenvolvimento dessa fonte no Brasil ao permitir que os consumidores que instalarem sistemas fotovoltaicos possam abater, do montante de energia que

consumirem, a quantidade de energia que injetarem na rede elétrica.

Além da energia solar fotovoltaica, outras fontes podem realizar a geração de energia elétrica renovável na forma de geração distribuída, como pequenos aproveitamentos hidroelétricos, turbinas eólicas de pequena dimensão e a queima de biomassa originada de resíduos agrícolas, florestais e urbanos. Conforme destacado no PNE 2030, essa modalidade de geração eleva a segurança energética e promove o desenvolvimento sustentável, pois permite a redução dos custos e perdas no transporte de energia elétrica; o aproveitamento de vocações regionais com ganhos ambientais; a utilização de resíduos de processos produtivos, que seriam de outra forma desperdiçados; o atendimento a áreas remotas; o desenvolvimento tecnológico; e o surgimento de oportunidades para o crescimento da indústria nacional. Ganhos equivalentes poderão também ser obtidos pela expansão do uso da energia solar para aquecimento de água, que substitui, com vantagens, o chuveiro elétrico, responsável por sobrecarregar o sistema interligado nacional no horário de pico de consumo, no início da noite.

Observamos, contudo, que, apesar dos benefícios citados, essas fontes também não foram incluídas, nos documentos de planejamento do setor, entre aquelas que compõem a oferta que suprirá o mercado futuro de energia elétrica.

Diante dessas considerações, sugerimos a esse eminente Ministério de Minas e Energia que promova diligências no sentido de incluir os recursos eólicos e solares disponíveis no Brasil nas próximas edições do Balanço Energético Nacional.

Solicitamos ainda que, nos próximos documentos de planejamento energético a serem publicados pelo Ministério de Minas e Energia, as contribuições que podem ser providas pela geração distribuída de pequena escala, incluídas as fontes solar fotovoltaica e térmica, sejam contabilizadas para o suprimento da demanda do país.

Por fim, rogamos a sua excelência a criação de uma secretaria de fontes renováveis na estrutura organizacional do ministério, como solução que facilitará a adoção das medidas necessárias para atingir o objetivo de dotar o país de uma matriz energética com a participação, crescente e diversificada, das fontes renováveis de energia, em sintonia com as preocupações, compartilhadas, mundialmente, quanto às urgentes providências requeridas para que sejam minimizados os efeitos, cada vez mais evidentes e dramáticos, das mudanças do sistema climático terrestre.

Certos de contarmos com a notável sensibilidade de sua excelência no trato das questões de relevante interesse público, encaminhamos a presente indicação.

Sala das Sessões, em        de        de 2012.

**Deputado PEDRO UCZAI (PT-SC)**

**Relator do tema no Conselho de Altos Estudos e  
Avaliação Tecnológica**

**Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE)**

**Presidente do Conselho de Altos Estudos e  
Avaliação Tecnológica**

**DEPUTADO ARNALDO JARDIM (PPS-SP)**

**Deputado ARIOSTO HOLANDA (PSB-CE)**

**Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)**

**Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT-BA)**

Deputado JAIME MARTINS (PR-MG)

Deputado JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP)

MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)

Deputado NEWTON LIMA (PT-SP)

Deputada TERESA SURITA (PMDB-RR)

Deputado WALDIR MARANHÃO (PP-MA)